

O lugar do pobre no jornalismo brasileiro

Flávia Biroli¹, Luis Felipe Miguel² e Karina Duailibe³



(Quino)

Ao longo da última década ou década e meia, os pobres ganharam uma posição de destaque no debate político brasileiro⁴. É razoável julgar que dois fatores contribuíram para tanto. Por um lado, a aparente superação das duas questões que dominaram a agenda pública brasileira nas décadas anteriores (a recuperação das instituições democrático-representativas e o combate à inflação). Por outro, a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder. Despido de seus diferenciais programáticos mais significativos e curvado ao consenso das elites brasileiras sobre a gestão macroeconômica, o PT que chegou ao poder investiu no combate à miséria como forma de manter sua identidade política. O primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva na presidência foi inaugurado sob a égide do Programa Fome Zero e, pouco depois, o Programa Bolsa Família se tornaria a principal marca de seus governos, bem como de sua sucessora e correligionária, Dilma Rousseff.

Nesse momento, os meios de comunicação brasileiros vão incorporar o tema da pobreza, em grande medida, sob a ótica desta disputa política. Os programas assistenciais dos governos petistas são analisados sobretudo em função de seu possível

¹ Professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisadora do CNPq. E-mail: flaviabiroli@gmail.com

² Professor do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do CNPq. E-mail: luisfelipemiguel@gmail.com

³ Mestre em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB).

⁴ *Paper* apresentado ao GT “Jornalismo político” do V Encontro da Compólitica, em Curitiba, de 8 a 10 de maio de 2013.

impacto eleitoral. Trata-se de uma manifestação banal do fenômeno, amplamente discutido na literatura, da “hiperpolitização” do noticiário, pela qual as políticas públicas tendem a ser percebidas apenas como momentos da estratégia dos agentes políticos em busca da manutenção do poder. Ao mesmo tempo, o caráter *assistencial* desses programas costuma ser enfatizado pela parcela (majoritária) da mídia que ecoa o discurso da oposição. “Assistencial”, aqui, aparece como indicativo de que são políticas que prolongam a dependência dos seus beneficiários e negam possibilidade de emancipação⁵. Abundam metáforas sobre dar peixes ou ensinar a pescar.

Nosso objetivo, neste *paper*, não é voltar a esse debate. Buscamos, em vez disso, entender como são construídos, na mídia, as representações dos pobres e os significados da pobreza – que depois são mobilizados, em geral de forma implícita, no noticiário sobre as políticas sociais e sobre a disputa eleitoral entre PT e PSDB.

Na primeira seção do texto, traçamos uma tipologia aproximativa das visões da elite sobre os pobres e a pobreza, com o objetivo de estimular a reflexão, muito mais do que chegar a categorias com validade permanente. Na segunda seção, situamos essa discussão no âmbito do debate brasileiro. Na terceira seção, indicamos as principais características da cobertura no diário paulistano *Folha de S. Paulo*, um dos principais *quality papers* do País e aquele que verbaliza com mais ênfase a ambição de ser um jornal de abrangência “nacional”⁶. Na quarta, discutimos quais são os limites do debate quando a pobreza é definida como um problema – um consenso que pode ocultar disputas e conflitos. Na quinta e última seção, apresentamos uma breve conclusão, focada na relação entre pobreza e desigualdades.

Um pobre todo seu

Aceita-se, em geral, a ideia de que a pobreza é vista universalmente como um problema a ser enfrentado. No entanto, esse aparente consenso esconde uma complexidade bastante maior na relação que os privilegiados estabelecem com o tema da pobreza.

⁵ Os leitores petistas desse *paper* certamente se assustaram a ver o adjetivo “assistenciais” no início do parágrafo. Foi um efeito deliberado. Defensores dos programas dos governos petistas preferem sempre falar em “políticas sociais” ou ainda em “transferência de renda”. O sentido negativo de “assistencial” é, assim, quase indisputado, ao menos na franja mais sofisticada do debate político.

⁶ Ainda que seja capaz de dedicar quase meia página a uma placa de rua mal aparafusada na zona oeste da cidade de São Paulo (Julia Boraini, “Placa voadora gira e engana motoristas”. *Folha de S. Paulo*, 7/4/2013, p. C-12).

Em seu estudo sobre os livros escolares italianos de meados do século passado, Marisa Bonazzi e Umberto Eco apontam dois registros principais em relação aos pobres. Por um lado, os livros ressaltam a “tranquila felicidade” dos pobres, que têm uma vida mais simples e estão mais próximos de Deus – uma “necessidade obsessiva de demonstrar que a finalidade de toda sociedade feliz é a de produzir o maior número possível de pobres” (Bonazzi e Eco, 1980 [1972], p. 21). Por outro lado, o pobre é necessário para a salvação dos ricos, por meio da filantropia, desenhando-se “um universo de doações e graças recebidas, do qual está ausente a palavra ‘direito’” (Bonazzi e Eco, 1980 [1972], p. 127).

Uma abordagem diferente, mais abertamente agressiva, é aquela verbalizada por boa parte da direita estadunidense, que vê a pobreza como o sintoma de uma deficiência moral e intelectual daqueles que a sofrem. Charles Murray é, provavelmente, o principal porta-voz desta posição, tingindo-a com um indisfarçável racismo (cf. Murray, 1984, 2012; Herrnstein e Murray, 1994). A privação de alguns e a opulência de outros são efeitos naturais de uma sociedade organizada com base no princípio da sobrevivência dos mais aptos. Ao contrário das percepções romântico-religiosas estudadas por Bonazzi e Eco, a pobreza aqui não é edulcorada, nem se espera que os ricos possuam qualquer dever de caridade. Mas também não se espera qualquer ação pública para combatê-la, até porque ela seria inócua e *contra natura*. Um determinismo com sabor de darwinismo social costuma ser, nesse caso, complementado pela compreensão de que os indivíduos são responsáveis pelo próprio destino, ou ao menos deveriam ser. Os pobres seriam aqueles que falharam, por incompetência ou desvio moral.

Há ainda a alternativa de simplesmente ignorar a pobreza, como na tirinha de Quino reproduzida antes. Uma expressão mais sofisticada da mesma posição foi posta em circulação pela Susanita da teoria política, a filósofa germano-estadunidense Hannah Arendt, para quem a boa política deve manter distância das preocupações “sociais”, que violam sua dignidade e a rebaixam, tornando-a um mero meio para alcançar fins, em vez de um espaço de celebração descompromissada da “liberdade humana” (Arendt, 1987 [1958], 2011 [1963]). Raras vezes, no entanto, tamanho malabarismo é necessário para manter realidades desagradáveis fora dos nossos pensamentos. Em um registro distinto do arendtiano, a noção moderna de progresso situou a pobreza como uma espécie de sombra indesejável do desenvolvimento do presente rumo ao futuro. São os fatos indesejáveis que, se não são superados, são acumulados em um plano em que se tornam menos visíveis e ficam de fora do quadro que definiria, de fato, o “nosso

mundo”.

Sem pretender construir uma tipologia abrangente, mas apenas com caráter demonstrativo, identificamos então cinco enfoques diversos sobre a pobreza, os pobres e sua relação com os mais ricos: (1) a pobreza como **privilégio**; (2) a pobreza como motivo para a **caridade**; (3) o **darwinismo** social; (4) a pobreza como **ausência**; e, enfim, (5) a pobreza como **problema** a ser resolvido.

O enfoque (1) dissocia por completo pobreza e desigualdade; a pobreza aparece como uma virtude em si mesma, deslocada das condições sociais que a produzem. Para que tal discurso seja possível, porém, é necessária uma pobreza “respeitável”. Uma família com roupas remendadas, as crianças de pé no chão, à frente de um casebre mal-conservado pode ser vista como pitoresca e comovente. Essa visão da pobreza esteve mais presente, no Brasil, antes que os grandes centros urbanos a abalassem. Aqueles que vivem na rua e sofrem os efeitos da inanição crônica se prestam mal a tal função. As virtudes da pobreza foram, certamente, sobrepostas à visão de que ela significava também ignorância e manipulação, mas a pobreza urbana crescente na segunda metade do século XX levou a um outro registro, o da percepção da pobreza como miséria e indignidade. De um lado, isso fez entrever novos “riscos”⁷. É possível, também, que tenha decrescido a tolerância social à miséria – que é a forma principal assumida pela pobreza nas áreas urbanas. Por isso, o espaço para que este tipo de abordagem se apresente é bastante limitado.

Já o enfoque (2) se mostra presente, embora de maneira reformulada. A salvação da alma imortal deixou há muito de ser uma preocupação válida. Em seu lugar, a filantropia aparece como um gesto que legitima o controle de grandes parcelas dos recursos materiais por uns poucos indivíduos ou grupos. Seja no destaque dado às ações de grandes bilionários benfeitores como Bill Gates ou Warren Buffett, seja na noção de “responsabilidade social empresarial”, a caridade privada aparece como algo que é, simultânea e paradoxalmente, tanto um dever dos ricos quanto algo que precisa surgir espontaneamente, sem que possa ser exigido deles⁸. Daí o contraste entre a filantropia,

⁷ Nas décadas de 1950 e 1960, a pobreza foi vista como porta de entrada para o comunismo ou para a manipulação de esquerda ou populista. Essa percepção esteve, por exemplo, nos documentários do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS), desse período, utilizados como material de propaganda anticomunista e favorável às movimentações que levaram ao golpe de 1964. Mais recentemente, já no período da redemocratização, pobreza e violência passam a ser fundidas nas representações dos centros urbanos brasileiros.

⁸ Na *Folha de S. Paulo*, o colunista Elio Gaspari é a principal expressão do desgosto com a falta de

sempre louvada, e a transferência de renda compulsória por meio de impostos, sempre vista como inaceitável. A desigualdade, aqui, não é ignorada, mas surge tanto como natural como quanto necessária para que a caridade se realize. Nesse caso, o altruísmo é a alternativa considerada adequada. E as desigualdades produzidas pelo capitalismo são vistas como compatíveis, e mesmo fundamentais, para o desenvolvimento de virtudes privadas. Fazem parte desse registro a benemerência – uma versão bastante fraca da solidariedade como compartilhamento, uma vez que não impacta a condição desigual entre quem dá e quem recebe – e a reação pragmática dos ricos às ameaças que a pobreza significaria para sua vida privada, na forma da violência.

A expressão mais brutal do enfoque (3) é, talvez, rara na imprensa brasileira, mas abordagens que guardam pontos de contato com ele são bem frequentes. Assim, o noticiário sobre as eleições presidenciais de 2006 e 2010 resvalou muitas vezes para a oposição entre um eleitorado esclarecido, formado pelas classes médias dos grandes centros urbanos, e um eleitorado pobre e desinformado, que seria “comprado” pelos programas sociais do governo federal. De maneira mais geral, o eleitor de baixa renda, quando vota de acordo com seus interesses imediatos, tende a ser percebido como corrupto, ao passo que o empresário que compara as vantagens prometidas para seu ramo de atividade antes de determinar seu apoio aparece como modelo de eleitor racional. Em registro ligeiramente diferente, são frequentes queixas quanto ao descompasso entre a contribuição do Sudeste (ou de São Paulo) para o PIB nacional e sua fatia nos repasses da União. Ou, ainda, como veremos no material jornalístico analisado neste *paper*, um incômodo com o gasto social do governo, retirado de outras modalidades de investimento.

Em todos os casos, há um subtexto que vê os pobres como beneficiários de vantagens imerecidas. Sua forma mais acabada é a definição das transferências de renda como “privilégios”, uma vez que os benefícios que adquiriram não foram conquistados de forma legítima – segundo as leis morais do mercado, que estariam em harmonia com a primazia do esforço e da responsabilidade individual. A desigualdade é, de maneira por vezes muito sutil, legitimada, como efeito seja de diferenças de mérito, seja do exercício da liberdade individual.

O enfoque (4) é certamente o mais comum. Em muito do noticiário, talvez na maior parte, o mundo se restringe à classe média e à elite endinheirada. Basta lembrar

espírito caritativo da burguesia brasileira, em comparação com a estadunidense.

das reportagens de comportamento ou de cultura, em que se trata dos destinos turísticos no exterior, das iguarias mais pedidas nos restaurantes ou das tendências pedagógicas das escolas particulares. Quando uma revista semanal ou um jornal diário aborda as mudanças na mentalidade dos adolescentes ou das mulheres, ou as mudanças no trabalho e na carreira, nunca tem como foco o jovem trabalhador, a empregada doméstica ou o operário de fábrica. Ao mesmo tempo, o noticiário de economia tende a abordar o leitor como investidor (Schudson, 1995, p. 14) e o noticiário político, embora devesse, na visão de Schudson, abordá-lo como cidadão, costuma reduzir a política às disputas por cargos e intrigas de gabinete, mantendo à sombra sua conexão com os interesses sociais mais amplos.

Em suma, profissionais de imprensa, leitores e público-alvo dos anunciantes convergem como integrantes de um mesmo universo de pessoas com acesso à riqueza e aos espaços sociais de elite. Por isso, é fácil ignorar a vasta multidão dos pobres. Ou, por outro lado, construí-la como ameaça, numa outra vertente dessa visão do pobre como um “outro” marcadamente distinto da perspectiva a partir da qual o mundo é representado. A glamourização da vida dos privilegiados e a criminalização da pobreza são dois lados de uma compreensão restrita da pobreza a partir do olhar dos bem posicionados, suspendendo as desigualdades como questão.

É o enfoque (5) que permite maiores variações na compreensão da pobreza e de sua relação com a desigualdade. Nesse caso, existe o reconhecimento de que *a pobreza é um problema* e de que sua superação depende da intervenção do Estado. Ainda assim, não corresponde a registros homogêneos. Há, em primeiro lugar, a visão de que o Estado deve se fazer presente sobretudo por meio de ações repressivas que impeçam que a carência material se traduza na forma de criminalidade voltada contra os mais ricos. O problema, por assim dizer, não é a pobreza, mas são os pobres. Mesmo em registros mais sofisticados, a intervenção do Estado por meio de políticas de transferência de renda ou por meio da ampliação dos direitos sociais – políticas distintas, mas muitas vezes fundidas e indiferenciadas no noticiário aqui analisado – pode ser vista como (a) imoral porque estimula a falta de responsabilidade dos indivíduos e fere a ética do trabalho; (b) ilegítima do ponto de vista da própria democracia porque define formas de controle e lealdades políticas que partidarizam o Estado e ferem o respeito à autonomia do cidadão; e, ainda, (c) insuficiente porque não produz transformações de fato.

O argumento da insuficiência, por sua vez, pode ser colocado a partir de

posições distintas. A intervenção do Estado pode ser considerada insuficiente para a superação das desigualdades, demandando que seja maior e que os recursos mobilizados por programas de transferência de renda, por exemplo, sejam ampliados. Mas pode, também, ser considerada insuficiente em seus efeitos, não justificando, portanto, o montante investido nas políticas de transferência de renda. Essa segunda posição equivale à defesa de que seria melhor, inclusive do ponto de vista da superação da pobreza, se os investimentos públicos fossem dirigidos aos setores produtivos (à indústria, por exemplo). O crescimento da economia do país teria como um de seus efeitos a melhora nas condições sociais dos pobres, por meio da oferta de mais empregos. Enquanto no primeiro argumento da insuficiência se tem em mente que a diminuição da pobreza pode não significar a redução das desigualdades, no segundo se desliza de volta para a pobreza como problema que pouco teria a ver com as desigualdades. É possível, por exemplo, defender ao mesmo tempo a ampliação de vagas com o aquecimento da economia e a precarização do trabalho para que a indústria brasileira seja mais competitiva.

O pobre do político e o pobre do jornalista

A maior parte das expressões da pobreza no jornalismo brasileiro oscilam hoje entre os enfoques 4, da ausência, e 5, que reconhece a pobreza como um problema. Eles são, de certa forma, complementares: a ausência da pobreza corresponde a sua localização restrita. O pobre está, em geral, ausente do segmento da imprensa que compõe os *quality papers*⁹. Pode-se, eventualmente, vislumbrá-lo no noticiário sobre o cotidiano das grandes cidades, quando se trata de crimes e, mais raramente, de “serviços” como os da área de saúde. A ausência ou localização restrita dos pobres tem convivido com um destaque ampliado para a pobreza como problema que precisa ser resolvido.

As políticas relativas à pobreza ganharam relevância no noticiário político da imprensa brasileira nos últimos dez anos. Em outras palavras, os pobres continuaram sem espaço no noticiário, ou tiveram seu espaço ainda mais reduzido, como dito há pouco, mas as considerações sobre as políticas de combate à pobreza (de renda mínima, assistenciais ou de transferência de renda, de acordo com as terminologias em disputa)

⁹ Seria interessante observar como esses enfoques se organizam nos jornais populares, que vêm crescendo no Brasil enquanto os principais jornais da chamada grande imprensa perdem assinantes e diminuem sua vendagem.

ganharam lugar privilegiado na cobertura e nos embates políticos. Ganhou as páginas dos jornais, também, a preocupação com o risco de que políticas focadas na população mais pobre abram espaço para a manipulação política desse segmento do eleitorado. De um lado, aponta-se para o caráter populista e imediatista das políticas, de outro para uma espécie de vulnerabilidade político-cognitiva dessa população, que a tornaria mais disponível à manipulação.

Pode, também, ser tênue a fronteira entre o enfoque da pobreza como problema a ser resolvido e um enfoque darwinista diluído, que define transferência de renda como privilégio imerecido e cultivo da irresponsabilidade. É quando, ao risco de manipulação, soma-se a problemática do dependentismo, isto é, da possibilidade de que essas políticas não permitam a superação da pobreza, mas reproduzam contingentes de indivíduos que dependem do Estado. Não é um tratamento novo para o problema da pobreza e, em alguns momentos da cobertura recente, como nas eleições de 2006, é possível perceber as ressonâncias das críticas de caráter udenista ao populismo nos jornais das décadas de 1940, 1950 e do início dos anos 1960, antes do golpe de 1964 (Biroli e Mantovani, 2010). Mas esse tratamento ganha um lugar específico no noticiário a partir do lançamento do Programa Bolsa Família, em 2003, durante o primeiro governo Lula.

O *paper* analisa esse contexto, procurando compreender quais as inflexões presentes nas representações da pobreza no ambiente político-jornalístico brasileiro. Por meio da análise da cobertura de um dos jornais diários de maior circulação no Brasil, a *Folha de S. Paulo*, discutimos os enfoques da pobreza que vêm tendo guarida no noticiário a partir de 2000, indicando padrões e expondo quais têm sido seus atalhos para o noticiário. Falamos em atalhos porque um dos aspectos dessa cobertura é que não são apenas os pobres que estão de fora do noticiário, como dito anteriormente. A pobreza se transforma em notícia, cada vez mais, a partir de eventos políticos e eleitorais, como o lançamento de políticas de transferência de renda e sua mobilização em contextos eleitorais, e também da divulgação de pesquisas que mapeiam a estratificação de renda e ocupação no país, cada vez mais atreladas, na cobertura, a análises sobre disputas partidárias e efeitos eleitorais.

Diferentemente de seu conterrâneo, o jornal *O Estado de S. Paulo*, que cultivou uma imagem de tradicionalismo e conservadorismo abertos, a *Folha* procurou construir sua imagem referenciando-se por uma certa visão da adesão à modernidade. Essa visão permite aliar as críticas às mazelas políticas e sociais brasileiras duradouras à defesa de

um Estado menor e mais eficiente, que seria mais adequado para aperfeiçoar a economia de mercado, um pressuposto não discutido. Permite, também, que a crítica permanente à corrupção e ao modo tradicional de funcionamento da política partidária no Brasil apareça diluída em um noticiário que define as fronteiras da política de maneira bem restrita, isto é, tem como limite as fontes oficiais, governamentais. É uma circunscrição do noticiário que deixa de fora outros atores, como os movimentos sociais, com as agendas que promovem, e que não dá passos na direção de expor as relações entre a política e outras esferas da vida social.

A relação com o Partido dos Trabalhadores e com os governos do PT após a chegada de Lula à presidência da República, em 2002, é um componente relevante nessa configuração. Apesar de seu compromisso com o pluralismo, expresso em uma série de recursos que organizam o noticiário, a *Folha* expôs nos últimos anos sua adesão a perspectivas e candidatos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e alinhou-se a perspectivas críticas ou de oposição ao PT (Miguel e Coutinho, 2007; Biroli e Mantovani, 2013). O Programa Bolsa Família, lançado em 2003 como forma de aglutinar uma série de programas sociais de transferência de renda voltados para famílias pobres, tornou-se um dos principais recursos do PT nas campanhas para a reeleição de Lula em 2006 e eleição de Dilma Rousseff em 2010. E, ao que parece, a aposta rendeu bons frutos do ponto de vista eleitoral. Ainda que seja difícil isolar os programas de transferência de renda de outras variáveis, como a ampliação do emprego formal, que exerceu influência direta para a ascensão social do estrato definido por André Singer como o subproletariado, esses programas são parte do contexto no qual houve uma adesão crescente dos segmentos mais pobres da população ao PT, com a transformação de suas bases tradicionais e de suas formas de ação política (Singer, 2012)¹⁰. Na mesma toada, a promessa de erradicação da miséria é, atualmente, carro-chefe da campanha para a reeleição de Rousseff nas eleições presidenciais de 2014.

O noticiário sobre pobreza e políticas públicas para a pobreza, no período de que tratamos, está, assim, imbricado a esse quadro de aproximações e confrontos político-partidários. É esse o ambiente político-midiático em que os discursos sobre a pobreza localizados e aqui discutidos foram enunciados.

¹⁰ Cumpre lembrar que as administrações petistas também investiram e investem em políticas de elevação do nível de emprego, sobretudo por meio das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do programa de construção de moradias populares Minha Casa, Minha Vida.

Tem um pobre no meu jornal

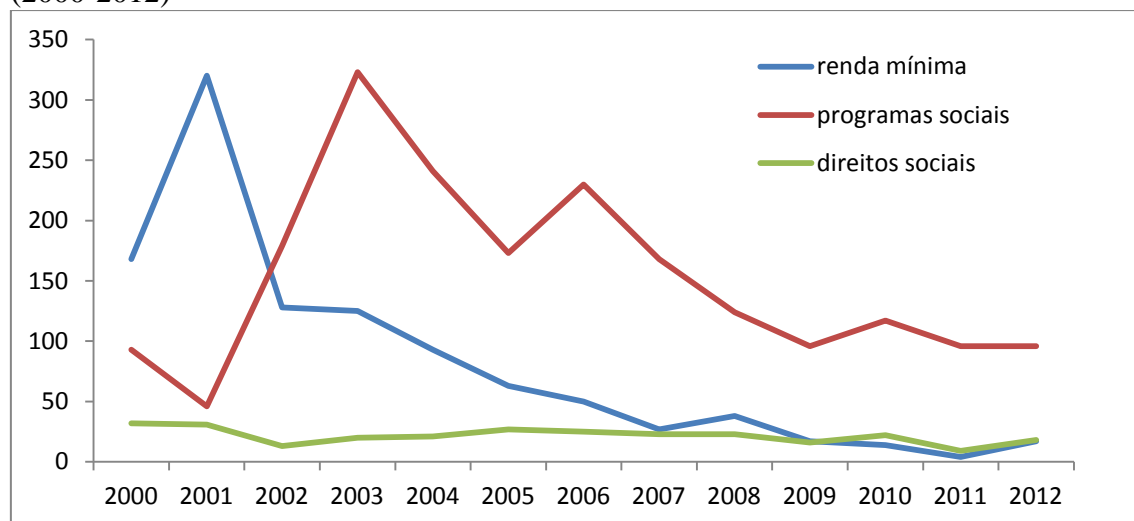
O noticiário da *Folha de S. Paulo* não é homogêneo. As visões da pobreza nas páginas do jornal são multifacetadas, ainda que predomine o enfoque que apresenta a pobreza como um problema, questionando a legitimidade e a suficiência (ou efetividade) das políticas públicas correntes de combate à pobreza. A visão da pobreza como imoral ou como desdobramento da falta de empenho individual dos pobres para sua superação não está presente no noticiário – ainda que, como indicaremos mais adiante, participe, modificada e sem tônus, de abordagens que compõem o debate público sobre pobreza no Brasil, em que as noções de responsabilidade e de dependência são mobilizadas. O tom assumido pelas reportagens e pelos editoriais é, em grande medida, o do escrutínio neutro e técnico. O olhar econômico mediria a eficiência, o olhar politológico definiria o caráter do voto dos pobres. Entre 2000 e 2003, o noticiário seria crescentemente povoado por números e cifras. Ao mesmo tempo, os relatos apresentados como vivências ou olhares socialmente posicionados da miséria seriam cada vez mais raros.

Uma tabulação simples da presença de palavras-chave no acervo digital da *Folha de S. Paulo* permite indicar que, enquanto a cobertura amplia sua atenção para a pobreza via cobertura aos programas sociais, considerando suas limitações, falhas e efeitos político-eleitorais, as reportagens do tipo “retratos da miséria” no Brasil decrescem. Uma das consequências é que se fala cada vez mais da pobreza, num noticiário em que os pobres têm presença cada vez mais reduzida. As poucas oportunidades de auto-expressão, dentro dos padrões e limites do noticiário, se tornariam ainda mais raras ao longo desse percurso. No mesmo ambiente político-jornalístico em que os programas sociais são criticados pela pouca efetividade na promoção da autonomia dos pobres (em relação ao Estado, como se verá), os pobres têm pouca autonomia para falar de sua vivência da pobreza. Suas preferências, por outro lado, têm expressão restrita às pesquisas de intenções de voto.

Quando foi lançado em 2003, o Programa Bolsa Família era definido no noticiário como aglutinação de programas de “renda mínima”. Presente nas declarações oficiais do governo e na cobertura jornalística, essa expressão seria gradualmente substituída pelas expressões “políticas (ou programas) assistenciais” e “políticas (ou programas) sociais”. No acervo digital da *Folha*, a expressão “renda-mínima” foi mais

frequente em 2001, quando esteve presente em 320 páginas do jornal¹¹ – o que se deve à cobertura ao programa Renda Mínima da prefeitura de São Paulo, no período em que foi comandada por Marta Suplicy, do PT (2001-2004). No ano de lançamento do Bolsa Família, 2003, a expressão remete a 125 páginas, reduzidas progressivamente até se chegar a 4 em 2011 e a 17 em 2012. Já a expressão “programas sociais”, com 93 páginas em 2000, teria sua presença mais do que triplicada em 2003, com o lançamento do Bolsa Família: são 232 páginas com essa expressão. A partir de 2009, esse número se reduz, mas continua próximo a 100 páginas por ano. Ainda que se tratem apenas de indicações e pistas, é interessante observar que a expressão “assistencialismo” tem seu pico, no noticiário, em 2006 (58 páginas contra 15 em 2000), ano em que o Bolsa Família esteve no centro das disputas eleitorais. Por outro lado, a expressão “direitos sociais”, menos frequente que as demais no noticiário, mas presente em 32 páginas em 2000, seu pico, e em 9 páginas em 2011, quando foi menos utilizada no noticiário (em 2012 sua presença se elevaria novamente, numa curva amena, para 18 páginas), esteve completamente dissociada das políticas sociais e de transferência de renda e, mais especificamente, do Programa Bolsa Família.

Gráfico I – Páginas da *Folha de S. Paulo* com a presença de expressões selecionadas (2000-2012)



Fonte: os autores, a partir da busca do site acervo.folha.com.br.

¹¹ É possível fazer buscas no acervo digital da *Folha* por palavras-chave, por períodos predeterminados. A busca é falha, obviamente, porque indica a presença das expressões em diferentes contextos e, por isso, precisa ser complementada com uma análise mais atenta dos textos. Assim, a “renda mínima” das partidas do campeonato brasileiro de futebol e as políticas públicas de renda mínima contam indiferenciadamente para o resultado. Mas o recurso é interessante por permitir observar a curva da frequência de determinados temas e expressões no noticiário. Além disso, os testes que realizamos no mecanismo de busca revelaram uma série de *bugs*, que faz com que os resultados devam ser vistos apenas como aproximações. A busca pode ser feita pelo www.acervo.folha.com.br.

Entre 2000 e 2003, há elogios tímidos aos programas sociais, definidos como de renda mínima. Em alguns casos, eles são acompanhados de reportagens, que se tornariam cada vez mais raras, nas quais se fala da pobreza com poucos números, prevalecendo o olhar – um tanto espantado e condescendente – dos jornalistas, com espaço para relatos daqueles que vivenciam a pobreza. É significativa a presença, nesse momento, de títulos que remetem a sentidos que estariam cada vez mais ausentes no noticiário, como “Laura Rita, 48 anos, continua na enxada”, acompanhada da linha fina “Programas sociais amenizam sofrimento” (Paulo Peixoto, parte da reportagem “Miséria se repete com novos personagens”, *FSP*, 30/12/2001, p. A10) e “Beneficiados elogiam programas sociais”, que é acompanhado da linha fina “Famílias que vivem em miséria contam que iniciativas da prefeitura têm ajudado a enfrentar o dia-a-dia” (sem autor, *FSP*, 23/8/2001, p. C6).

Nessas reportagens, “a dimensão humana dos números” aparece em uma série de relatos nos quais se fala da persistência de trabalhadoras do Vale do Jequitinhonha (MG), do colchão como sonho de consumo de “gente pobre, acostumada a dormir no chão de cimento”, da seca (Paulo Peixoto, “Miséria se repete com novos personagens”, *FSP*, 30/12/2001, p. A10). Nesse momento, não há um enquadramento eleitoral dos problemas – a pobreza não está sendo politicamente disputada, como seria poucos anos depois. Talvez por isso, ainda que exista uma menção lateral e pontual ao caráter propagandístico dos programas sociais, o foco é na pobreza e no efeito da renda adicional para a vida dos pobres – Adenilce Ribeiro Oliveira, empregada doméstica de 29 anos e moradora da periferia de São Paulo, teria visto nessa renda “a oportunidade de ganhar dinheiro sem ter que colocar o filho mais velho para vender balas ou pedir esmolas nos semáforos” (sem autor, “Beneficiados elogiam programas sociais”, *FSP*, 23/8/2001, p. C6).

Em tom e enquadramento semelhantes, que oscilam entre a discussão de soluções e retratos da miséria, o jornal publicou reportagens sobre a organização e inclusão social de catadores de lixo (para um exemplo, Mariana Viveiros, “Lixo é inclusão social para 20 mil em SP”, *FSP*, 20/4/2001, p. C1). Alguns anos depois, em 2005, uma reportagem descreveria a situação de famílias pobres de Ribeirão Preto, cidade do interior de São Paulo, que se alimentavam do que era descartado por um mercado de legumes e verduras em um aterro local. O “retrato” ainda se coloca, num esmiuçamento da miséria que leva a destacar o fato de que uma garota de 6 anos provou melão pela primeira vez no aterro sanitário. O selo “miséria coletiva” remete às matérias

com representações mais difusas e menos focadas em programas sociais ou no caráter eleitoral das políticas. Mas o texto incluiria, com destaque, como seria cada vez mais frequente, a questão do cadastramento ou não dessas famílias em programas sociais (Joel Silva, “Em aterro, menina come melão pela primeira vez”, *FSP*, 27/12/2005, p. C4).

A preocupação menor com o uso eleitoral dos programas sociais antes de 2006 parece ter permitido um tratamento mais amplo da pobreza, ainda que o tema ganhasse mais relevância posteriormente¹². Os pobres são mais visíveis, nessa primeira metade do período analisado, em relatos sobre a miséria. A falta de documentos e credenciamento em programas sociais, por exemplo, gera relatos sobre a vida na pobreza – é o tipo de situação que, em poucos anos, apareceria em números, para evidenciar falhas nos programas federais. Em 2006, ainda predominam nomes e trajetórias específicas, como a de Elizabeth Pereira de Oliveira, artesã de 23 anos, mãe de 4 filhos, analfabeta e moradora de Paciência, na zona oeste do Rio de Janeiro, que fala das dificuldades para obter documentos, como certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF – seus filhos são a terceira geração da família sem documentos, sua mãe foi enterrada como indigente por não ter documentos. A perspectiva da reportagem, por sua vez, remete ao que chamamos há pouco de “retratos da pobreza”, comuns no jornalismo brasileiro em décadas anteriores – “No barraco de pedaços de madeira e chão de barro, um cachorro disputa restos de comida com o gato. Moscas rondam as crianças e sobrevoam pedaços de carne posta ao ar livre para salgar”; Aline, de 3 anos, é descrita como criança que não sabe usar um lápis para rabiscar, mas rói as pontas e diz para a repórter “comi tudo, tia, comi tudo”. São, segundo o texto, relatos de “um Brasil onde miséria e ignorância se misturam” (Fernanda da Escóssia, “País forma gerações de sem-documentos”, *FSP*, 1/1/2003, p. C1).

Conviviam, então, reportagens como essa e críticas ao Programa Bolsa Família, concentradas em colunas e editoriais. Ainda em 2006, antes que o debate eleitoral

¹² Cabe observar que a vinculação entre pobreza e manipulação política não estava ausente do noticiário antes da implantação dos programas de transferência de renda. Mas, então, o foco era na vulnerabilidade dos miseráveis à compra de votos. Um bom exemplo é a reportagem, publicada em 1994, com um camponês do sertão pernambucano, que desconhece o nome dos candidatos e explica o comportamento dos cabos eleitorais no dia da votação: “Eles dão o almoço, na cidade, com carne. Quer dizer, sempre tem carne. A não ser que dessa vez falte, mas acho que não. Não é possível que falte. Tomara que não falte, pois carne anda difícil por aqui. Acho que o rapaz vai arrumar almoço com carne. Só faltava não ter carne dessa vez. Aí vai ser de lascar” (Xico Sá, “Eleição nos ‘grotões’ faz cidadãos por um dia”, *FSP*, 11/9/1994, p. Esp.-8).

esquentasse, a *Folha* continuava a ressaltar em títulos – que, como sabemos, são decisões editoriais – os efeitos positivos dos benefícios de programas sociais, de modo semelhante ao que ocorre nas reportagens de 2001 já mencionadas (Fábio Guibu, “Vida no semi-árido melhorou após programas sociais, diz agricultora”, *FSP*, 25/4/2006, p. C1). Os textos trazem declarações, em destaque, sobre as mudanças – “Se a lavoura não vingava, os parentes e amigos tinham que ajudar. Hoje tem Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), Bolsa-Escola, Bolsa-Família”, nas palavras atribuídas a Ednalva Pinheiro Sena, agricultora de 42 anos, da zona rural de Pernambuco – e indicações bastante tímidas de que os programas sociais são insuficientes para superar as condições de miséria – “a pobreza e a miséria continuam existindo no sertão”, “para a agricultora, o que o sertanejo precisa é plantar e colher em segurança em sua terra” (*Idem*). Nenhum traço, nesse caso, da problemática do dependentismo, definido como o risco de produzir ou prolongar a dependência dos pobres em relação ao Estado. Nenhum traço, também, do debate, cada vez mais frequente, sobre o equívoco na direção dos investimentos, com a priorização da assistência social em vez das atividades produtivas – por exemplo, a ideia de que se subsidia os pobres mas faltam incentivos à indústria.

Outra abordagem que ainda não estava presente nesse momento, mas seria fundamental no noticiário posteriormente, sobretudo em editoriais, colunas e artigos assinados, é a que explicita o caráter das políticas dos governos do PT: levariam migalhas aos pobres enquanto o setor financeiro receberia, de fato, as iguarias. O interessante, nesse caso, é que o reformismo do PT é ora mais do que é possível suportar (porque custaria demais ao Estado), ora menos do que é necessário para combater a pobreza (porque os programas geram efeitos débeis nesse sentido, revelando o populismo da política social nos governos Lula e Rousseff). Como em outras circunstâncias, como a reforma da previdência levada a cabo no primeiro mandato de Lula, ainda que as posições do jornal sempre tenham sido contrárias a ele, o petismo “histórico” é mobilizado para denunciar os limites da moderação e da acomodação atuais.

Nessa linha, a manchete da *Folha* do dia 3 de fevereiro de 2013 anunciava que “Programa social consome metade dos gastos federais”. Apesar do singular e do tom escandalizado, o destaque abaixo da manchete, ainda na capa do jornal, remetia para gastos que estão no âmbito da previdência e dos direitos sociais, e não de programas de transferência de renda: “Despesas com previdência, ações de assistência e amparo ao trabalhador atingem peso inédito na economia do país”. No texto, a ambiguidade se

mantém , falando-se ora em “programas sociais de transferência de renda”, ora deixando claro que estão incluídos nessa conta previdência e amparo ao trabalhador, as aposentadorias, pensões e os chamados, na matéria, benefícios trabalhistas e assistenciais. Ainda que a matéria mencione que a taxa de desemprego em 2012 tivesse sido de 5,5%, a mais baixa desde 2003, a ênfase recai para o fato de que os benefícios são assegurados por uma carga tributária “anômala”. E a “expansão mais aguda das despesas” foi, segunda a matéria, com o Programa Bolsa Família (Gustavo Patu, “Metade dos gastos de Dilma vai para programas sociais”, *FSP*, 3/2/2013, p. A4¹³).

Nos anos finais do período pesquisado, esse é um dos únicos momentos em que os pobres voltam ao jornal fora dos números. O que motiva sua presença é a exposição, concreta, da insuficiência dos programas sociais – gastos enormes, efeitos restritos, é esse o ponto. A linha da pobreza utilizada nos cálculos que levaram o governo a anunciar uma redução de 8,5 milhões para 600 mil famílias na extrema pobreza no Brasil, entre o lançamento do Bolsa Família em 2003 e 2013, não levaria em conta dados referentes a infraestrutura, condições de moradia, vestuário, educação, saúde e “emprego para se autofinanciar”. Luiza Sousa, visitada pela reportagem da *Folha* em sua casa em Demerval Lobão, no Piauí, fala na matéria sobre o que tem conseguido comprar com o aumento de R\$ 2,00 em sua renda, um côco naquele dia, devido ao Programa Brasil Carinhoso – segundo os cálculos do governo expostos pela matéria, a família de Sousa engorda os números daqueles que teriam saído da miséria com esse benefício, os “ex-miseráveis” (Daniel Carvalho, “13 mil famílias deixam lista da miséria após extra de R\$ 2”, *FSP*, 3/2/2013, p. A8).

São famílias que, segundo a reportagem, “enaltecem Dilma, Lula e o Bolsa Família, enquanto ainda vivem sob uma estrutura precária, sem emprego, porém com mais comida no prato”. Antônia Pereira Galvão, também visitada em sua casa em Joaquim Pires, no Piauí, é vocalizada na matéria dizendo que o aumento de R\$ 28,00, em uma renda que agora atingiria R\$ 162,00 mensais, é “ajuda que Deus dá”, que teria melhorado sua vida em 100%, apesar de continuar faltando muita coisa, como leite. A intenção de voto em Dilma é também enunciada, enquanto a matéria segue descrevendo a precariedade – a comida é feita “em um arremedo de fogão de barro”, “o ambiente

¹³ Na mesma página e incluído nessa reportagem, o quadro “Entenda os programas” lista, com indicação do tamanho da clientela, dos destinatários e dos tipos de benefício: “Bolsa Família”, “Previdência urbana”, “Previdência rural”, “Seguro-desemprego”, “Abono salarial”, “Assistência a deficientes” e “Assistência a idosos”.

cheira a urina” e, no parágrafo final, a afirmação de que “Francisca era agricultora, mas decidiu parar de trabalhar após o aumento no benefício. Questionada pela reportagem, disse: ‘Acho que não [sou mais miserável]. Melhorou muito minha vida’” (Daniel Carvalho, “Ex-miseráveis vivem de maneira precária, mas têm o que comer”, *FSP*, 3/2/2013, p. A8).

As reportagens apresentam um enfoque nos *efeitos* dos programas – cindido entre a pressão para reconhecer que houve redução da pobreza, passando pelo reconhecimento de que os beneficiados valorizariam o que recebem e o efeito que essa renda tem em suas vidas, e a visão crítica de sua insuficiência e do populismo dessas políticas. Casa-se a isso o enfoque, ainda que suavizado, no *dependentismo*. São essas características que organizam o noticiário a partir de 2006.

Vozes e ruídos nas bordas do debate

Afirmar a futilidade dos programas de combate à pobreza se tornou cada vez mais difícil e mais raro, dentro dos limites do ambiente político-jornalístico, entre os anos de 2000 e 2013. Vai se tornando progressivamente menos plausível, sobretudo, fundar as críticas na visão de que os recursos distribuídos pelos programas não fazem diferença. Afirmações como a de Dom Geraldo Magella Agnelo, presidente da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), sobre a irrelevância dos números divulgados pelo governo Lula relativos à redução da miséria – “São números que oscilam para cima e para baixo, como a Bolsa de Valores. O fato é que o universo da miséria é tão grande que não basta uma melhoria mínima. Não vai fazer diferença” – seriam cada vez mais empurradas para as margens desse debate (Luiz Francisco, “Presidente da CNBB ironiza declaração de Lula”, *FSP*, 23/12/2005, p. A5)¹⁴.

O enfoque do dependentismo, já mencionado, permeou todo o período, mas foi mais explícito em 2003 e nos períodos eleitorais. “Vamos virar um país de mendigos oficiais?” é o título, representativo, da coluna de Gilberto Dimenstein publicada em 26 de outubro de 2003 (p. C-10), três dias depois do lançamento do Programa Bolsa Família. O “risco de viciar famílias em recursos públicos” ou o risco de que o Programa se transforme numa “bolsa-esmola”, isto é, um “dinheiro que se presta a perpetuar a dependência”, aparece como contraponto àquela que seria a forma mais adequada de

¹⁴ A reportagem é publicada durante o chamado escândalo do mensalão. Na declaração à qual se refere o título da matéria, Lula diz que as CPIs instauradas no Congresso Nacional no período não haviam provado a existência do mensalão.

lidar com a pobreza, a geração de emprego e o investimento em educação. A ideia de que renda mínima é algo que deve complementar a renda, e não transformar-se *na renda*, é particularmente interessante porque descola o entendimento de que um determinado patamar de rendimento – e de recursos – poderia ser entendido como direito de qualquer cidadão, independentemente de ocupação, geração “autônoma” de renda ou contrapartida. Ela é atribuída, na coluna, ao economista Márcio Pochmann, então presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o IPEA, vinculado à Presidência da República, que seria um dos *locus* principais de produção de dados e argumentos que justificariam as políticas de transferência de renda, assim como as escolhas mais abrangentes na condução da economia, dos governos do PT no curso desses dez anos. Anos depois, e num outro ambiente político, Gilberto Dimenstein diria que uma série de consensos havia se estabelecido: haveria o consenso de que o Bolsa Família reduziu a miséria, mas também o consenso de que se o programa não contribuir para a autonomia dos beneficiados ele não deixará de ser “uma esmola oficial”. E esses seriam, ainda, seguidos por outro consenso: o de que “a autonomia depende de bom ensino” (Gilberto Dimenstein, “A Bolsa Família 2.0”, *FSP*, 11/7/2010, p. C10).

Mas vale voltar, ainda uma vez, a 2003. Poucos dias antes da coluna anteriormente mencionada, a *Folha* publicava uma entrevista com a também economista Lena Lavinas. Numa visão que conflita com os enfoques que organizam a cobertura, a unificação dos programas sociais sob o Bolsa Família seria apenas um meio para se atingir a “consolidação de um sistema de proteção social universal no Brasil, capaz de atender a todas as pessoas em situação de risco e vulnerabilidade”. Mas enquanto Lavinas afirma, em mais de um momento na entrevista publicada, que é curta, que é preciso “aumentar o investimento social” para criar infraestrutura e impedir que as famílias voltem à pobreza depois de desligadas de um programa específico, ou que outros contingentes passem a ocupar seu lugar, o título dado pelo jornal à entrevista é “Bolsa Família não rompe dependência, diz Lavinas” (Flávia Marreiro e Guilherme Bahia, *FSP*, 21/10/2003, p. A-7).

O enfoque do darwinismo social está em continuidade com a visão do dependentismo, mas não é possível tomar um pelo outro. Representa um tipo de radicalização do segundo que não se assenta, regularmente, no noticiário. Nesses dez anos, suas expressões mais cruas foram empurradas para as margens do debate. Por isso, visões como a do obscuro cientista político estadunidense Randy Simmons, que veio ao Brasil como convidado do *think tank* direitista Instituto Milênio e teve uma

entrevista publicada na *Folha de S. Paulo* em abril de 2013, são ao mesmo tempo um desdobramento possível e um ponto de vista estranho aos enquadramentos predominantes na cobertura. Simmons explicita que a desigualdade não é um problema, diferentemente do que aparece no noticiário e nos editoriais do jornal nesse período. Mas o faz num discurso que não é exatamente estranho ao noticiário: explicita, abertamente, uma conexão entre pobreza, dependência e ineficácia dos programas. De maneira geral, diz, “as redes de proteção social só ficam maiores, maiores e maiores. Elas não vão ajudar as pessoas a inovar, a assumir responsabilidades”. E numa formulação mais explícita do que aquela que os colunistas e editorialistas da *Folha* enunciaram no período, mas claramente situada no problema do dependentismo/ineficácia, “nós temos aquilo que subsidiamos. Se subsidiarmos os pobres, vamos ter pobres” (Entrevista de Randy Simmons a Ricardo Miotto, “Maior desigualdade nos EUA não é um problema por si só”, *FSP*, 8/4/2013, p. A13).

As referências ao debate nos Estados Unidos são, vale dizer, pontuais e fragmentadas. Em nenhum momento esse debate é claramente situado, com um grau mínimo de complexidade. A atenção ou clareza sobre suas conexões com as posições no debate brasileiro é, claro, ainda menor. O caso da entrevista com Randy Simmons é interessante porque nos preâmbulos está a informação de que veio ao Brasil a convite do Instituto Millenium, mas não há qualquer menção à posição desse instituto ou explicação sobre como se expressariam, no contexto brasileiro, as posições da “ala mais liberal americana”, de que Simmons seria representante.

Ocorre algo semelhante nas colunas de Vinícius Torres Freire sobre o debate eleitoral de 2012, nos Estados Unidos. O colunista fala sobre como as posições relativas à assistência pelo Estado impactaram aquele debate e importam nas divisões entre republicanos e democratas. Mas as declarações do candidato republicano à presidência em 2012, Mitt Romney, sobre o grande contingente de preguiçosos e dependentes do Estado que se aferrariam ao candidato democrata, são definidas como “comentários desmiolados” que, no contexto brasileiro, não remeteriam a posições politicamente discerníveis, mas seriam “parecidos com os de peruas ricas do Brasil”. O volume dos “benefícios sociais para pobres, velhos e deficientes”, no entanto, é indicado como um problema de verdade, e não uma histeria deslocada de desmiolados e peruas (Vinícius Torres Freire, “Os pobres estão convosco”, *FSP*, 20/9/2012, p. B-4). Dez anos antes, o mesmo colunista alertava, quando se anunciava o lançamento do Bolsa Família, justamente para a profusão de “bolsas” enquanto as medidas para garantir maior

eficiência do setor produtivo e geração de empregos não estariam sendo tomadas – “de bolsa em bolsa só quem enche o papo é o ministro da propaganda, Duda Mendonça, e suas marquetagens”, dizia (Vinícius Torres Freire, “O bolsa-geladeira e outras bossas”, *FSP*, 22/9/2003, p. A-2).

Mas a presença do dependentismo é gradativamente menor, amplamente restrita a um discurso subliminar, conforme se avança no curso desses dez anos. A conexão entre dependentismo e responsabilidade, tão presente no discurso da direita norte-americana, é bastante esfumada no Brasil. Num registro próximo do de Gilberto Dimenstein, mencionado há pouco, está traduzida nas afirmações de que o investimento em educação poderia ser mais efetivo – novamente, para o desenvolvimento do país, nesse caso acompanhado de políticas que dariam mais chances e mais autonomia para que os indivíduos construíssem sua própria vida. Não alcançaria, em qualquer momento, a eloquência de Mitt Romney e de outros setores da direita republicana nos Estados Unidos.

Um dos indícios de que o ambiente político impacta as compreensões da pobreza presentes no noticiário é que mesmo a crítica mais edulcorada aos programas de transferência de renda passaria, ao longo desses dez anos, a ser vista como politicamente arriscada. O artigo do então Secretário do Desenvolvimento do Estado de São Paulo (e deputado federal pelo partido Democratas, licenciado para ocupar o cargo), Rodrigo Garcia, é, nesse sentido, bastante representativo. Evocando os programas sociais do período em que Fernando Henrique Cardoso esteve à frente da Presidência da República, “embriões do Bolsa Família e de outras modalidades de complementação de renda criadas no país”, tem como objetivo divulgar o Programa São Paulo Solidário, para superação da miséria no estado. O Programa é definido pelo seu “compromisso com a mobilidade social”. Nele, “o cidadão [se tornaria] corresponsável pelo resultado de sua mudança de vida” e os agentes públicos deixariam de ser “meros administradores da pobreza” (Rodrigo Garcia, “Contra a pobreza extrema, *FSP*, 5/9/2012, p. A3). O dependentismo está nas bordas, assim como a oposição entre responsabilidade individual e subsídios estatais, mas não ganha expressão aberta. Ao mesmo tempo, o esforço para situar o embrião dos programas atuais de transferência de renda no governo FHC é algo que se tornou corrente e expõe o fato de que se tornou crescentemente inviável, do ponto de vista político-eleitoral, simplesmente opor-se a esses programas.

Mas a timidez na colocação do problema do dependentismo não significa que esse enfoque tenha se tornado desviante em relação à cobertura. É um caso diferente,

por exemplo, da visão idílica da pobreza. Esta, sim, não encontra espaço na cobertura e sua presença quase folclórica, e pontual, confirma seu deslocamento. O melhor exemplo é o horror à miséria urbana enunciado pela colunista Danusa Leão em coluna em 2012. O destaque da coluna, que, vale lembrar, é definido no processo de edição da página e não pela própria colunista, é justamente a afirmação de que “a pobreza urbana é agressiva”, acompanhada pelo (no mínimo estranho) complemento “são mulheres com uma criança no colo, duas pela mão”. Para além das afirmações de Danusa Leão sobre as havaianas nos pés e as unhas coloridas dos pobres do centro do Rio de Janeiro, que parecem tomá-la de um certo horror condescendente, interessa observar a visão alternativa da pobreza que dá sentido à miséria urbana nessa coluna. Olhando para o centro do Rio, a colunista teria ficado “pensando nos pobres do Nordeste, que se veem na televisão e em alguns filmes brasileiros; eles moram em casebres com chão de terra batida, sempre muito bem varrido. E têm uma dignidade; não sei bem de onde ela vem, mas ela existe. Talvez por terem um pedacinho de chão só deles” (Danusa Leão, “Certa pobreza”, *FSP*, 2/9/2012, p. C-2). É um enfoque que está fora da curva no noticiário.

Os discursos que predominam na cobertura da *Folha de S. Paulo*, caracterizando sua linha editorial e a perspectiva predominante nas reportagens a partir de 2003, mantêm laços consanguíneos com o enfoque do dependentismo, sem expressar a visão mais crua, de que os programas sociais estão no limite da imoralidade. O foco do jornal é na ineficácia e insuficiência dos programas, iluminando equívocos em sua implementação e os riscos permanentes de manipulação política. Como na perspectiva demo-pessedebista enunciada pelo secretário do governo de Geraldo Alckmin, Rodrigo Garcia, eles recuam relativamente a críticas mais incisivas.

Do pobre que eu vejo às políticas que eu aceito

Há, de modo geral, uma espécie de moderação nesse debate. O pressuposto de que a *pobreza é um problema* e não um dado natural, ou pelo menos não um fato aceitável num país que deseja avançar nos seus índices de desenvolvimento, é um denominador comum nos diferentes discursos que constroem o noticiário – alinhados ou não com a perspectiva editorial do jornal. Um olhar mais rápido e desavisado poderia levar a pensar que no Brasil atual pobreza e miséria são consensos no debate público. Mas não é bem assim.

A cobertura da *Folha de S. Paulo* dá indícios de algumas das margens desse debate, e dos filtros que estão em curso quando ele ganha sentido no ambiente político e

jornalístico. Há uma relação presumida entre pobreza e desenvolvimento – o que empurra para as bordas, ou exclui, a relação entre pobreza e direitos. Essa é uma hipótese para o fato de que a expressão “renda mínima” seja gradualmente reduzida e excluída no noticiário. É, por outro lado, uma condição para a expressão destacada do enfoque que questiona se é adequado direcionar esforços e recursos públicos para os mais pobres, sugerindo que seria mais eficaz investir no setor produtivo, gerando desenvolvimento e enriquecimento potencialmente mais sustentáveis.

De fato, raras vezes houve, no noticiário, uma tentativa de situar as políticas brasileiras no quadro da reflexão mais ampla sobre políticas de transferência de renda. Se a concessão de benefícios àqueles que não possuem meios de vida é um instrumento de redução da insegurança social, comparável ao seguro-desemprego, formas de complementação de renda podem ser entendidas como subsídios ao *capital*, na medida em que transferem parte do custo de reprodução do trabalho para o erário público. Os modelos de imposto de renda negativo, tal como o defendido no Brasil pelo senador Eduardo Suplicy, se aproximam deste tipo – e, na versão de pensadores liberais como Milton Friedman, podem combinar-se com a abolição da oferta de serviços públicos como educação e saúde pelo Estado. Por outro lado, as propostas de renda mínima universal ou salário-cidadão, em que *todos* recebem o necessário para uma vida digna, tenham ou não outras formas de renda, objetivam exatamente ampliar o poder de barganha do trabalho diante do capital, reduzindo ou anulando o custo de não aceitar emprego (cf. Van Parijs, 1991, 1992; Van Parijs e Van Der Veen, 1987; Gorz, 2003).

A problemática do dependentismo é reveladora das diferenças entre pensar o combate à pobreza relativamente ao desenvolvimento econômico e pensá-la no quadro da promoção e ampliação de direitos sociais. A leitura da *Folha de S. Paulo* mostra que a crítica aos programas assistenciais do governo brasileiro apresenta-os como inócuos ou mesmo daninhos, sob a primeira perspectiva, ou insuficientes, sob a segunda.

Do lançamento do Bolsa Família em 2003, no primeiro ano do governo Lula, até sua ampliação no governo Dilma, o jornal mantém uma perspectiva que elogia o combate à pobreza, mas coloca ressalvas quanto aos gastos públicos necessários para manter o programa. Em 2003, o jornal acolhia o Bolsa Família como algo positivo, ressaltando o importante “papel compensatório” dos programas de renda mínima “em sociedade marcada ainda por profundas desigualdades e com sérias dificuldades de

encontrar o caminho do crescimento econômico e da oferta de emprego” (editorial “Bolsa polêmica”, *FSP*, 22/10/2003, p. A2¹⁵). Nove anos depois, o lançamento do Programa Brasil Carinhoso seria comentado em editoriais de maneira bastante semelhante. Ampliar a assistência às crianças seria uma necessidade inquestionável, mas aumentar impostos e ampliar os gastos públicos não poderiam ser alternativas porque isso prejudicaria a economia, gerando mais efeitos negativos do que ganhos no combate à pobreza (Editorial “Foco nas crianças”, *FSP*, 15/5/2012, p. A2).

Na mesma linha, o editorial que comenta os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), comemora a diminuição das desigualdades, afirma que “programas focados”, como o Bolsa Família, são necessários, mas destaca que “gastos públicos com previdência e assistência social não podem mais crescer”. A diminuição das desigualdades seria tímida demais – não nos retirou do grupo dos 20 países mais desiguais do mundo – para os recursos que ela retira a outras formas de investimento público – o aumento do percentual do PIB “consumido” por previdência e assistência social, de 5,3% em 1995 para 7,9% em 2011, segundo o editorial, poderia gerar efeitos negativos na economia. Por outro lado, se o pouco que se fez é de fato desejável (o denominador comum de que a pobreza é um problema e sua superação deveria ser, é claro, comemorada), o aquecimento de mercado com geração de mais empregos pode ter contribuído mais para a redução das desigualdades do que as políticas públicas de transferência de renda, que oneram o Estado além do razoável (editorial “No limite”, *FSP*, 29/9/2012, p. A2).

Considerações finais

A visão dos pobres e da pobreza transmitida pela *Folha de S. Paulo* nasce da convergência entre diferentes fatores. É um efeito das perspectivas sociais – vinculadas às posições privilegiadas das classes médias bem situadas – que são tanto dos profissionais das redações quanto de seus leitores em potencial. É efeito, ainda, de um enquadramento do conflito político que é dominante nestes estratos, mas que é também aquele que se casa com o discurso dos opositores dos governos petistas. As vivências das populações pobres estão, em geral, ausentes. Quando aparecem, a ênfase é dada ao

¹⁵ O termo “polêmica”, nesse momento, remete à proposta inicial de utilização de recursos do orçamento para a área de saúde para financiar o Programa Bolsa Família.

que causa estranheza e amplia o distanciamento em relação à classe média: o horizonte limitado de esperanças e possibilidades, a acomodação diante da privação, a ignorância e a passividade. A reação possível diante deste quadro é a comiseração, mas não a solidariedade.

A comiseração, além disso, é matizada pela necessidade de avaliar a qualidade das respostas à miséria pela sua racionalidade e por seus efeitos a longo prazo. Com isso, o sentido de *urgência* que nasce do contato com a privação severa é neutralizado. Medidas paliativas ou assistenciais são descartadas, em favor do investimento na cadeia produtiva, na infraestrutura ou na educação. É uma ilustração do fenômeno, já estudado, pelo qual, nas trocas discursivas, a fala objetiva e racional é muitas vezes contraposta favoravelmente à expressão emocional ou apaixonada, em prejuízo daqueles que se manifestam contra injustiças (Bickford, 1998, pp. 97-8). Para isso, os pobres devem novamente desaparecer, a fim de que as imagens da miséria cedam lugar às estatísticas.

O sofrimento cotidiano daqueles que vivem na pobreza é, assim, um componente efêmero da representação do mundo presente no noticiário. Parece ter, como principal efeito, demonstrar a insuficiência dos programas governamentais. Quando os próprios beneficiados falam, verbalizando seu contentamento com a assistência pública, o quadro geral de penúria que os cerca – e que é sempre destacado – sinaliza que seu discurso é fruto de um tipo de falsa consciência e da redução de suas expectativas a um nível abaixo do aceitável.

Da mesma forma, as críticas feitas pela esquerda, que denuncia a política social petista de uma forma mais estruturada, como subserviente às limitações dadas pela condição do Brasil como país capitalista periférico (Oliveira, 2003), acabam incorporadas de maneira similar. Permanecem em um registro superficial e efêmero, já que as propostas políticas desta esquerda estão ausentes do noticiário. O que a crítica da esquerda aponta é, em primeiro lugar, a ausência da vinculação entre combate à pobreza e combate à desigualdade. Mas é esse o principal ponto-cego do noticiário. A miséria pode ser aceita como um problema a ser enfrentado, mas a desigualdade – que exerce efeitos sobre a sociedade que se associam, mas não se resumem, aos da pobreza – não entra no debate.

No discurso do jornal, a distribuição dos recursos públicos é um jogo de soma-zero – por isso, o investimento é feito *ou* na atividade produtiva *ou* nas políticas

assistenciais¹⁶. Mas a distribuição da riqueza na sociedade nunca é apresentada desta forma, como um jogo em que, para os pobres ganharem, alguém terá que perder. A miséria tem prejudicados, é evidente, os próprios miseráveis, mas nunca beneficiários. Aparentemente, ninguém lucra com a miséria.

O que apresentamos neste *paper* são os resultados de uma pesquisa inicial e exploratória no jornal *Folha de S. Paulo*. Embora exista um acúmulo razoável de indícios de que as diferenças entre a grande imprensa brasileira são mais de detalhe do que de substância, seria necessário fazer um estudo sistemático para generalizar as conclusões. Ao menos no diário de maior circulação paga do país¹⁷, porém, a combinação da perspectiva de classe média com a adesão à agenda liberal engessa a discussão sobre a centralidade da pobreza como desafio para o Estado brasileiro, sobre suas causas, sobre seu significado e sobre as respostas que podem ser dadas a ela.

Bibliografia

- ARENDR, Hannah (1987 [1958]). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- ARENDR, Hannah (2011 [1963]). *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BICKFORD, Susan (1996). *The dissonance of democracy: listening, conflict, and citizenship*. Ithaca: Cornell University Press.
- BIROLI, Flávia e Denise MANTOVANI (2010). “Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as eleições de 2006”. *Opinião Pública*, vol. 16, n. 1; pp. 90-116.
- BIROLI, Flávia e Denise MANTOVANI (2013). “A parte que me cabe nesse julgamento: a *Folha de S. Paulo* na cobertura ao processo do “mensalão”. *Paper* apresentado ao GT Comunicação e Política da Compós. Salvador, 4 a 7 de junho de 2013.
- BONAZZI, Marisa e Umberto ECO (1980 [1972]). *Mentiras que parecem verdades*. São Paulo: Summus.
- GORZ, André (2003). *L'immatériel: connaissance, valeur et capital*. Paris: Galilée.
- HERRNSTEIN, Richard J. e Charles A. MURRAY (1994). *The bell curve: intelligence and class structure in American life*. New York: The Free Press.
- MIGUEL, Luis Felipe e Aline de Almeida COUTINHO (2007). “A crise e suas fronteiras: oito meses de ‘mensalão’ nos editoriais dos jornais”. *Opinião Pública*, vol. 13, nº 1, pp. 97-123.
- MURRAY, Charles A. (1984). *Losing ground: American social policy, 1950-1980*. New York: Basic Books.
- MURRAY, Charles A. (2012). *Coming apart: the state of White America, 1960-2010*. New

¹⁶ Como se não fossem possíveis arranjos que incrementassem o investimentos em ambos os setores simultaneamente.

¹⁷ Segundo o Instituto Verificador de Circulação, a *Folha* teve, em 2012, circulação paga diária média de 297.650 exemplares, muito pouco acima do tabloide popular mineiro *Super Notícia* (296.799) e do carioca *O Globo* (277.876). Os dados estão em <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>.

York: Crown Forum.

OLIVEIRA, Francisco (2003). *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.

SCHUDSON, Michael (1995). *The power of news*. Cambridge (MA): Harvard University Press.

SINGER, André (2012). *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.

VAN DER VEEN, Robert J. e Phillippe VAN PARIJS. (1987), “A capitalist road to Communism”. *Theory and Society*, vol. 15, n° 5, pp. 635-55.

VAN PARIJS, Phillippe (1991). “Why surfers should be fed: the liberal case for an unconditional basic income”. *Philosophy and Public Affairs*, vol. 20, n° 2, pp. 101-31.

VAN PARIJS, Phillippe (1992), “Basic income capitalism”. *Ethics*, vol. 102, n° 3, pp. 465-84.